



Pensar a cidade

Bruna Suptitz

contato@pensaracidade.com



Além da edição impressa, as notícias da coluna Pensar a Cidade são publicadas ao longo da semana no site do JC.

jornaldocomercio.com/colunas/pensar-a-cidade



Proteção contra cheias exige investimentos permanentes

Consultor dos Países Baixos, Peter Glerum vê avanços em relação a 2024

Consultor que presta serviços ao governo dos Países Baixos, à União Europeia e a outros países na área de gestão de riscos e segurança hídrica, Peter Glerum afirma que o Rio Grande do Sul está no caminho para fortalecer sua proteção contra cheias, mas ressalta que mudanças estruturais exigem planejamento de longo prazo, investimentos permanentes e integração entre os diferentes níveis de governo.

Glerum esteve em Porto Alegre em junho de 2024 com uma equipe técnica para analisar o sistema de proteção contra cheias da cidade. Na ocasião, foi apontado que, além da chuva em excesso, falhas no sistema provocaram a enchente na Capital. Passados dois anos, o consultor voltou ao Estado para participar do Congresso Internacional de Proteção e Defesa Civil, realizado em junho e promovido pelo ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade.

Nesta entrevista à Coluna Pensar a cidade, do **Jornal do Comércio**, Peter Glerum avalia os avanços que observou em Porto Alegre desde a enchente de 2024, destaca a importância dos sistemas de alerta precoce e defende uma gestão das águas baseada nas bacias hidrográficas, com coordenação capaz de superar os limites administrativos dos municípios.

Jornal do Comércio - O que mais chamou a sua atenção quando você esteve em Porto Alegre em 2024?

Peter Glerum - Duas coisas me chamaram a atenção. A primeira foi a dimensão da inundação. Isso realmente me impressionou. Já acompanhei enchentes em diferentes partes do mundo, mas a escala desta foi enorme. A segunda foi ver, por toda parte, pessoas determinadas a fazer o melhor possível e a reagir da melhor forma. Houve uma boa resposta. Ela não foi desorganizada, mas sim organizada de maneira improvisada. As pessoas não estavam preparadas para enfrentar uma situação como aquela. Esses fo-

ram os dois principais aspectos que observei.

JC - Acredita, então que essa preparação das pessoas deve vir por meio de uma orientação do governo?

Glerum - A iniciativa precisa partir do governo porque, como cidadão, você não sabe exatamente quais são os riscos. Também não sabe exatamente o que pode ou deve fazer, porque primeiro precisa receber essas informações do governo. Esse é o primeiro passo. O governo deve realizar uma boa análise de riscos e, com base nela, informar a população e se preparar. Mas o governo não consegue fazer tudo sozinho. Porto Alegre tem cerca de um milhão e meio de habitantes. Não é possível cuidar de todos. As pessoas precisam ser capazes de cuidar de si mesmas, mas isso só acontece quando recebem boas informações e orientações claras sobre como agir. Elas precisam estar preparadas para que, diante de uma enchente, saibam que serão informadas, entendam o que devem fazer e possam confiar no governo para indicar quais medidas tomar e em que momento. Quando tudo isso está bem estruturado, a própria população consegue fazer muita coisa por conta própria.

JC - Em relação a 2024, viu algum avanço significativo no que tem sido feito em relação à proteção contra cheias?

Glerum - Vejo que o governo realmente aprendeu com a experiência. Ao acompanhar esta conferência e conhecer o plano elaborado, diria que as

medidas adotadas foram as corretas. As situações foram analisadas e foram elaborados planos tanto para a prevenção quanto para a gestão de desastres e os sistemas de alerta precoce. Houve avanços importantes. Devo dizer que estou bastante otimista com o que foi feito nesses dois anos.

JC - Na sua apresentação no evento, o senhor falou que mudanças profundas levam tempo. Pela sua experiência, quanto tempo leva, tem como mensurar?

Glerum - Esse trabalho nunca termina. Essa é a primeira questão, porque os riscos mudam ao longo do tempo. Nos Países Baixos, por exemplo, tivemos uma inundação muito grave em 1953. Depois desse desastre, e também por causa das discussões sobre os impactos ambientais das intervenções, levamos cerca de 40 anos para concluir todas as obras de prevenção. Quando elas ficaram prontas, os riscos já haviam mudado novamente em razão das mudanças climáticas, entre outros fatores. Hoje temos uma legislação que determina que, a cada seis anos, todas as estruturas de proteção contra enchentes sejam avaliadas, tanto em relação à sua condição física quanto à necessidade de adaptação aos novos riscos. Com esse sistema, transformamos a prevenção de enchentes em uma política permanente. Todos os anos, cerca de 1,5 bilhão de euros são destinados à manutenção, modernização e melhoria contínua dessas estruturas.

JC - O que se recomenda aos governos em termos de manutenção e de investimentos? Por que, pelo que o senhor diz, precisa ser permanente.

Glerum - O mais importante é adotar uma abordagem sistemática. Isso significa que não é apenas um órgão que deve atuar, mas todo o conjunto do poder público. Governo, municípios, planejamento urbano, estruturas de proteção contra enchentes e defesa civil precisam trabalhar de forma integrada. Enquanto as estruturas de pro-



Peter Glerum esteve em Porto Alegre para evento sobre Defesa Civil

teção não atingirem o nível desejado, será necessário reforçar as ações da defesa civil e manter soluções temporárias para períodos de cheia. A medida que essas estruturas forem melhorando, parte dessas medidas emergenciais poderá deixar de ser necessária. O grande desafio é organizar essa cooperação entre os diferentes níveis de governo para que ela aconteça de forma permanente. Logo após um desastre, sempre existe disposição para fazer as coisas certas. E, como eu disse, vejo que isso está acontecendo. Mas não basta uma mobilização de curto prazo. É preciso uma estratégia estrutural de longo prazo que considere conjuntamente a proteção contra enchentes, o uso do solo, as mudanças climáticas e a defesa civil. Tudo isso faz parte de um único sistema e exige a participação coordenada de todas as instituições envolvidas.

JC - Temos visto ações mais amplas do governo do Estado, mas dos municípios de forma isolada. Quando os governantes locais estiverem nos Países Baixos, se falou sobre essa gestão das águas como conjunto, das bacias hidrográficas. Mas,

aqui, especialistas de fora do governo dizem não estar vendo muito avanço nessa gestão das bacias. Pela sua experiência, qual a necessidade de que seja um trabalho integrado?

Glerum - Eu não posso mudar o sistema político do Brasil. Isso está além do meu papel. O que posso dizer é que precisa existir uma autoridade responsável por coordenar esse trabalho e que tenha poder para tomar decisões. Enquanto isso não acontecer, cada município continuará priorizando seus próprios interesses. Esse é um dos principais desafios da gestão de bacias hidrográficas. Se, na parte alta da bacia, determinadas ações deixam de ser realizadas, os impactos aparecem rio abaixo, enquanto quem está a montante muitas vezes nem percebe os problemas que causa. Por isso, é fundamental manter esse diálogo continuamente, para que todos compreendam as consequências de suas ações ou da falta delas. Mas, no fim, é necessário haver um mecanismo que garanta o cumprimento de um conjunto comum de medidas e regras. Sem isso, será muito difícil superar esse problema.



É preciso uma estratégia estrutural de longo prazo que considere a proteção contra enchentes, o uso do solo, as mudanças climáticas e a defesa civil

ANSELMO CUNHA/DIVULGAÇÃO/JC